CURRÍCULO, SILENCIAMENTO E AFRICANIDADE: O LUGAR DO EGITO ANTIGO NO DCRB

Luana Silva França
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, Bahia, Brasil
ORCID https://orcid.org/0000-0002-4432-1004
Endereço eletrônico: pretaprofranca@gmail.com

Esther Pessoa Costa
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, Bahia, Brasil
ORCID https://orcid.org/0009-0003-6605-7720
Endereço eletrônico: esthercostta2001@gmail.com

Ana Luiza Salgado Cunha
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, Bahia, Brasil
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-9244-130X
Endereço eletrônico: ana.luiza@uesb.edu.br

Palavras-chave: currículo; relações étnico-raciais; DCRB; Egito antigo.

INTRODUÇÃO

O ensino de História na Educação Básica brasileira é historicamente marcado por um processo de legitimação de uma matriz epistêmica eurocêntrica de "criação" de origem branca, cristã e pela sucessão cronológica de realização dos "grandes homens". Nesse sentido, dentro das discussões da construção do currículo, Lopes e Macedo (2011), contribuem ao evidenciar que a própria seleção do conhecimento no currículo escolar é construída a partir de uma "tradição seletiva" que absorve certos aspectos da cultura e rejeita outros. Dessa forma, o currículo é uma prática discursiva que projeta identidades, constrói a realidade e produz sentidos que envolvem diferentes relações de poder, como é possível perceber na própria construção das narrativas curriculares que privilegia as matrizes denominadas clássicas (Grécia e Roma) como berço da civilização, enquanto promove o apagamento das agências africanas antigas, como o Egito e outras sociedades africanas também produtoras de conhecimento. Esse fenômeno caracteriza o que se pode chamar de um "epistemicídio"

(Carneiro, 2025), uma forma de tentativa de pagamento que naturaliza a ausência da África como produtora de saberes na história da humanidade. Diante desse cenário, esta pesquisa, ainda em sua etapa inicial, estabelece como problema central: de que maneira a abordagem do Egito Antigo no Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB) nos anos finais do Ensino Fundamental produz ausências curriculares e quais são suas implicações para a consolidação de uma educação antirracista? A análise se faz necessária porque os documentos normativos, ao passarem pelo processo de recontextualização, que é a transposição do discurso científico para o pedagógico, podem acabar esvaziando o potencial emancipador das leis antirracistas.

METODOLOGIA

Esta investigação constitui-se como uma pesquisa qualitativa de caráter bibliográfico e documental, ancorada na premissa de Lopes e Macedo (2011) de que o currículo não é um objeto neutro, mas um território discursivo produtor de narrativas, significados e identidades. O *corpus* documental compreende o Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB), com recorte analítico delimitado para o 6º ano dos Anos Finais do Ensino Fundamental, etapa em que tradicionalmente se concentram os estudos sobre as sociedades da Antiguidade africana, como o Egito. A escolha por esse documento justifica-se por sua dimensão regional e pelo compromisso manifesto em promover temas transversais voltados à formação cidadã, tensionando o campo da História Antiga Africana que, embora seja uma das raízes para a nossa construção social, permanece subexplorado. O percurso metodológico envolveu, inicialmente, o mapeamento de duas unidades temáticas do DCRB: “A invenção do mundo clássico e o contraponto com outras sociedades” (Bahia, 2020, p. 436), por se constituir como o primeiro e único momento em que um termo referente ao Egito é explicitado (na forma nominal de “egípcios”) e a unidade temática “Lógicas de organização política” (Bahia, 2020, p. 437), que, ao enfatizar as matrizes de Grécia e Roma, circunscreve as formas de organização no continente africano. Ao mesmo tempo, realizou-se uma discussão fundamentada nos pesquisadores e egiptólogos Fábio Frizzo (2016), Raquel Funari (2018), Raisa Sagredo (2022) e Théophile Obenga (2004). Além de contar com os estudos das relações étnico-raciais, com o objetivo de tensionar os silenciamentos curriculares e os mecanismos de poder que operam para fixar identidades eurocêntricas (Carneiro, 2023).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao examinar o Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB) para o 6º ano, nota-se que a introdução das matrizes africanas ocorre sob uma perspectiva inclusiva que ainda reproduz o viés lido como clássico. Na unidade "A invenção do mundo clássico e o contraponto com outras sociedades" (Bahia, 2020, p. 436), o texto insere os egípcios como povos da Antiguidade na África (EF06HI07), mas condiciona essa inserção como um "contraponto" à centralidade de Grécia e Roma (Bahia, 2020, p. 437). Esse arranjo evidencia o diagnóstico de Raisa Sagredo (2022) sobre a colonialidade do poder pelo orientalismo, que subordina a alteridade africana à validação europeia. Em vez de mostrar o Egito construído na pluralidade de seu continente, o DCRB reproduz o esvaziamento destinado às civilizações não europeias na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), conforme criticado por Fábio Frizzo (2016). Visto desse ponto, essa subordinação estrutural pode comprometer o entendimento dos diferentes saberes originados em solo africano. Ao encapsular o Egito como elemento periférico de comparação com o ocidente, o documento dificulta a apreensão daquilo que Théophile Obenga (2004) demonstra ser a essência de uma civilização intrinsecamente africana: aquela dotada de um pensamento reflexivo próprio, expresso nos conceitos de *rekhet* (ciência) e *Maat* (justiça). Privar o Egito Antigo de seu protagonismo favorece o apagamento denunciado por Raquel Funari (2018), pois ignorar que mais de 95% da história humana transcorreu na África diminui a capacidade formadora de abordagens plurais ligadas às raízes africanas no Brasil. Assim, embora o DCRB mencione os egípcios, essa inserção ocorre sob uma tradição seletiva que os subordina à centralidade eurocêntrica, limitando o combate ao racismo estrutural. Ao não integrar o Egito à sua matriz africana de forma estruturante, o processo de recontextualização pedagógica esvazia o potencial emancipador da Lei nº 10.639/03, transformando o protagonismo negro em um silenciamento curricular que impede o reconhecimento da África como produtora autônoma de ciência e filosofia. Esse mesmo tensionamento se manifesta na abordagem da unidade "Lógicas de organização política" (Bahia, 2020, p. 437). Enquanto para Grécia e Roma o DCRB reproduz os desdobramentos de habilidades específicas sobre a *pólis*, o processo republicano e a cidadania (EF06HI10, EF06HI11, EF06HI12), para a África prescreve-se a habilidade de conceituar "império" (EF06HI13). Essa abordagem afasta os povos negros de suas identidades específicas, visto

que o próprio termo "império" é associado aos moldes de organização política dos Romanos. Diante dessa homogeneização conceitual, recupera-se a advertência de Frizzo (2016) de que o combate ao racismo estrutural exige desconstruir a visão homogênea da África, reconhecendo a pluralidade de organização e o poder construído por seus diferentes povos. Ao preterir a complexidade dessas estruturas políticas e silenciar as diversas formas de organização dos povos da antiguidade africana, o referencial baiano pode reproduzir as lacunas da própria BNCC. Além disso, ao posicionar o continente sob a chave da circulação no Mediterrâneo (EF06HI15), seguido imediatamente pela habilidade regionalizada sobre o feudalismo europeu (EF06HI02BA), o documento restringe a historicidade africana à sua relação com o Ocidente. Essa articulação pode contrariar a recomendação de Sagredo (2022) de conceber a África primeiramente como um espaço aberto a si mesmo e às suas dinâmicas internas, enquadrando o tempo histórico negro em marcos cronológicos ocidentais. Ao manter o passado africano condicionado às balizas interpretativas europeias, o documento fragiliza a possibilidade de um ensino que reconheça a historicidade do continente a partir de suas próprias racionalidades, agências e referências de projeto de sociedade.

CONCLUSÕES

Em síntese, esta pesquisa procurou atender ao objetivo inicial de analisar a abordagem do Egito Antigo no Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB), revelando como a organização das narrativas curriculares ainda produz ausências que impactam a consolidação de uma educação antirracista. Os resultados demonstram que, embora o documento faça menção aos egípcios, ele o faz sob uma lógica de "contraponto" à centralidade de Grécia e Roma, o que acaba por subordinar a agência africana à validação europeia e reproduzir o esvaziamento de civilizações não ocidentais. Ao refletir sobre esses dados, percebe-se que a manutenção de uma estrutura eurocêntrica, que enquadra o tempo histórico negro em marcos cronológicos ocidentais e silencia conceitos próprios como *rekhet* (ciência) e *Maat* (justiça), configura um "epistemicídio" que naturaliza a ausência da África como produtora de saberes. Conclui-se, portanto, que a construção das agências africanas no currículo permanece diluída, o que contradiz a efetivação plena da Lei nº 10.639/03 e evidencia a necessidade do professor antirracista de reposicionar o conhecimento africano como parte ativa e autônoma do

desenvolvimento da humanidade.

REFERÊNCIAS

BAHIA. Secretaria da Educação. **Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB):** Educação Infantil e Ensino Fundamental. v.1. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade:** a construção do outro como não ser como fundamento do ser**.** Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

FRIZZO, Fábio. A Base Nacional Curricular Comum (BNCC) e os descaminhos do ensino da Antiguidade Egípcia no Brasil. In: BRANCAGLION JUNIOR, Antonio; GAMA-ROLLAND, Cintia Alfieri (org.). **Semna – Estudos de Egiptologia III.** Rio de Janeiro: Seshat – Laboratório de Egiptologia do Museu Nacional / Editora Klínē, 2016. p. 49-56.

FUNARI, Raquel dos Santos. A África antiga no ensino de história. **Heródoto**, Guarulhos, v. 3, n. 2, p. 194-204, dez. 2018.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. **Teorias de currículo.** São Paulo: Cortez, 2011.

OBENGA, Théophile. **Egito:** história antiga da filosofia africana**.** Tradução de Vinícius da Silva. In: WIREDU, Kwasi (ed.). A companion to African philosophy. Massachusetts: Blackwell Publishing, 2004. p. 31-49.

SAGREDO, Raisa. (Re)pensando o Egito antigo em sala de aula: estratégias e metodologias decoloniais. **Revista Habitus (RHHJ),** Rio de Janeiro, v. 12, n. 24, 2022.